

Renata Duarte de O. Freitas

Aldeia Isã Vakevu, do Povo Originário Nukini

um Sítio Natural Sagrado no Coração do Juruá

EDITORIA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2026

Sumário

Lista de Abreviaturas e Siglas.....	XV
Aldeia Isã Vakevu, do povo originário Nukini: um Sítio Natural Sagrado no Coração do Juruá – Prefácio.....	XVII
Apresentação.....	XXV
Introdução	1
1 Crise Ambiental, Direito Achado na Rua (Aldeia) e Constituição Federal de 1988: Compreensões Necessárias	9
1.1 Contextualização da Crise Ambiental	9
1.2 Direito Achado na Rua e os "Novos" Movimentos Sociais Ecológicos	15
1.3 O Direito Achado na Aldeia e a Constituição Federal de 1988	18
1.4 Direito dos Animais Não-Humanos e da Natureza	26
2 Compreendendo os Sítios Naturais Sagrados (SNS) e os Direitos Bioculturais.....	31
2.1 (In) Definição de Sítio Natural Sagrado	31
2.2 Desenvolvendo o Significado Cultural e Espiritual da Natureza em Áreas Protegidas.....	38
2.2.1 Significado Cultural e Espiritual da Natureza nas Diretrizes de Melhores Práticas para Áreas Protegidas n.º 32 da IUCN.....	40
2.3 Direito Biocultural: Abordagem de Conservação para SNS	44
3 Marco Jurídico Internacional dos Sítios Naturais Sagrados	53
3.1 Sítios Naturais Sagrados e o Programa sobre o Homem e a Biosfera da UNESCO (MAB) 1971.....	54
3.2 SNS e a Convenção do Patrimônio Cultural Mundial (CPMCN) da UNESCO.....	56
3.3 A Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial de 2003	60

3.4 Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e Sítios Naturais Sagrados	62
3.5 Sítios Naturais Sagrados e a União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN)	65
3.5.1 As Diretrizes de Boas Práticas para Áreas Protegidas n.º 32, de 2021, da IUCN-WCPA	67
3.5.2 Diretriz 1: Identificar todos os grupos envolvidos na conservação de áreas protegidas.	68
3.5.3 Diretriz 2: Criar um Terreno Comum para Diferentes Visões de Mundo das partes interessadas envolvidas na Conservação de Áreas Protegidas e Conservadas.	70
3.5.4 Diretriz 3: Construção de Consenso e Resolução de Conflitos na Gestão de Áreas Protegidas e Conservadas.	71
3.5.5 Diretriz 4: Avaliação dos Valores e Importância da Natureza em Áreas Protegidas e conservadas.....	72
3.5.6 Diretriz 5: Governança de Áreas Protegidas e conservadas	73
3.5.7 Diretriz 6: Estabelecimento de Novas Áreas Protegidas e Conservadas	73
3.5.8 Diretriz 7: Planejamento para Áreas Protegidas e conservadas	74
3.5.9 Diretriz 8: Implementação da Gestão em Áreas Protegidas e conservadas	75
3.5.10 Diretriz 9: Interpretação em Áreas Protegidas	76
3.5.11 Diretriz 10: Uso público, Visitação e Engajamento em Áreas Protegidas e conservadas	77
3.5.12 Diretriz 11: Monitoramento e Avaliação na Gestão de Áreas Protegidas e Conservadas.	78
3.5.13 Diretriz 12: Adaptação e Dimensionamento de Áreas Protegidas e Conservadas.	79
3.6 Sítios Naturais Sagrados na Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) 1992	80
3.7 Sítios Naturais Sagrados na Convenção de Ramsar	85

4 Direito Internacional dos Povos Indígenas, Territórios Indígenas e Sítios Naturais Sagrados.....	87
4.1 Direito Internacional, Povos Indígenas e ONU	87
4.2 Convenção n.º 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas e Tribais.....	91
4.3 Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas de 2007 (UNDRIP).....	93
4.4 Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas (DADPI) de 2016.....	95
4.5 Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH), Direito dos Povos Indígenas e Sítios Naturais Sagrados.....	97
4.6 Religião, Território e Sítios Naturais Sagrados.....	102
4.7 Meta 3 do Quadro Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal e o Fórum Indígena Internacional sobre Biodiversidade.....	105
4.8 Agenda Indígena Global para a Governança das Terras Indígenas, Territórios, Águas, Mares Costeiros e Recursos Naturais	108
5. Territórios Indígenas, Unidades de Conservação e as Áreas de Proteção no Brasil.	111
5.1 Áreas de Proteção no Brasil.....	111
5.2 Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC).....	116
5.3 Parque Nacional.....	119
5.4 Territórios Indígenas	119
5.4.1 Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP)	121
5.4.2 Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT)	123
5.4.3 Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas (PNGATI).....	124
5.5 Territórios e Áreas Conservadas por Povos Indígenas e Comunidades Locais (ICCAS) sobrepostos por Áreas Protegidas.....	128

5.5.1 Diretrizes de Melhores Práticas de n.º 34 – Reconhecer Territórios e Áreas Conservadas por Povos Indígenas e Comunidades Locais (ICCAs) sobrepostos por Áreas Protegidas.	134
6. Território Indígena Nukini e Sítios Naturais Sagrados.	143
6.1 História do Povo Nukini	143
6.2 Aspectos Gerais do Povo Nukini	148
6.3 Parque Nacional da Serra do Divisor (PNDS)	151
6.4 Território Indígena (TI) Nukini	155
6.5 Despertar Espiritual e Resgate Cultural – Pistyani Nukini	156
6.6 Os Sítios Naturais Sagrados do Povo da Onça.	162
6.7 Sítios Naturais Sagrados em Unidades de Conservação no Brasil.....	166
Considerações Finais.....	179
Referências	189
Aldeia Isã Vakevu, do povo originário Nukini: um Sítio Natural /Sagrado no Coração do Juruá – Posfácio	211